

Salve Embu das Artes



EDIÇÃO ESPECIAL

Embu das Artes - Maio 2012 - edição #4 | www.salveembudasartes.com.br | distribuição gratuita

CINTURÃO VERDE DE SP PEDE SOCORRO

Reserva da Biosfera, Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, corre perigo

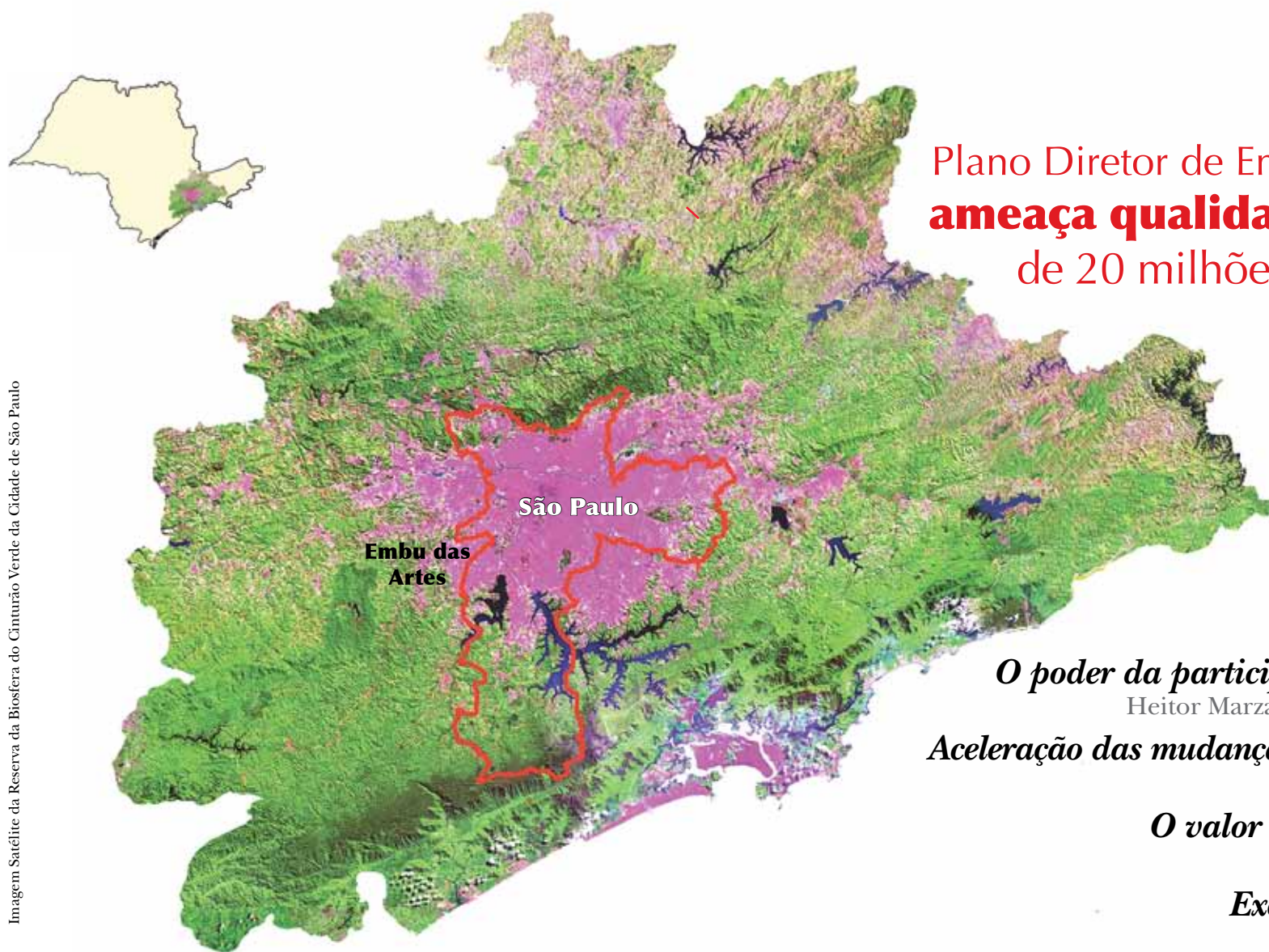


Imagem Satélite da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo

Plano Diretor de Embu das Artes
ameaça qualidade de vida
de 20 milhões de pessoas

APOIO:

Movimento
Defenda
São Paulo
MDSP

O poder da participação social

Heitor Marzagão Tommasini

2

Aceleração das mudanças climáticas

Paulo Nobre

3

O valor das florestas

Indaia Emília

4

Exclusão social

Joselicio Junior

5

Vocação da cidade

Renato Gonda

6

Ausência do verde afeta saúde e o clima

Entrevista: Paulo Saldiva

7

Alteração no relevo provoca efeitos imprevisíveis

Entrevista: João Carlos Christophe da Silva

8

Ao Leitor

Por que o Plano Diretor de Embu das Artes diz respeito a você?

Você já imaginou se existisse um seguro que lhe pagasse por aquele tempo perdido devido ao mega-congestionamento ocasionado por um alagamento na Av. Marginal, ou por aquela reunião que você não pôde participar devido ao cancelamento de seu voo por causa de uma tempestade inesperada, ou, ainda, por aquela conta médica pelo atendimento de emergência devido a uma complicação respiratória decorrente do excesso de poluição numa tarde de inverno em São Paulo? Pois é! embora este seguro ainda não exista, ao menos existe um fator que garanta que essas circunstâncias não sejam ainda mais agravadas pelas mudanças climáticas e o aumento populacional na Região Metropolitana de São Paulo; é o “seguro” oferecido pelo Cinturão Verde da cidade de São Paulo, o Seguro-Clima. Explico.

Especialistas do Brasil e de todo o mundo se debruçaram sobre o tema dos serviços ambientais oferecidos pelos maciços florestais e concluíram que a vida no planeta depende umbilicalmente dos serviços homeostáticos que as florestas oferecem através da filtração dos poluentes do ar, da formação da chuva, da prevenção de tempestades, da redução do aquecimento global, além do banco de códigos biogenéticos cujo valor se calcula ultrapasse, e em muito, aquele de todo o petróleo já descoberto e a ser descoberto em nosso planeta!

Pois foi reconhecendo este tremendo valor para nossas vidas cotidianas na megacidade de São Paulo que foi criada ainda no século passado a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo, ou RBCVSP, reconhecida como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Parte de seletos clubes de outras 300+ Reservas da Biosfera no planeta, a RBCVSP representa uma forma concreta do ‘Seguro-Clima’ para os 20 milhões de paulistanos – de todas as classes sociais – que labutam diariamente em nossa megacidade.

O problema é que tem gente agindo para subtrair este último recurso da população, presente e futura, através da completa obliteração do Cinturão Verde de São Paulo. Exagero? Veja o caso emblemático do recém sancionado Plano Diretor de Embu das Artes que, na contramão da história e do conhecimento científico hoje disponível, incentiva a construção de indústrias e galpões de logística em praticamente 100% das áreas florestadas do município! O que significa isto? Significa ao longo do tempo condenar à morte a totalidade da RBCVSP, pela repercussão nos demais municípios que dão guarida ao Cinturão Verde de São Paulo. Significa, em última instância, subtrair o ‘Seguro-Clima’ que as florestas ao redor de São Paulo nos oferecem – de graça.

Violentando os preceitos basilares da Democracia e do Direito, agredindo o meio ambiente de forma brutal e irreparável, ameaçando a saúde e a moradia de milhões de pessoas de toda RMSP, o novo Plano Diretor de Embu das Artes representa um retrocesso civilizatório intolerável. Pois em seu processo de revisão nega à sociedade o direito de livre escolha do futuro de sua cidade, entregando para a especulação nossa terra, nossas matas, nossa gente! A voz do Movimento Salve Embu das Artes se fez ouvir, do Ministério Público Estadual à UNESCO! E agora é trazida para você: manifeste-se. Junte sua voz a este movimento de cidadania. Faça o MPE saber sua opinião sobre o que se passa em Embu das Artes: Para que o crime ambiental e civilizatório em Embu não se perpetue.

Paulo Nobre

Democracia e Sociedade

Participação Social: direito ou fetiche?



HEITOR MARZAGÃO TOMMASINI, PRESIDENTE DO MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO

Com o fim da ditadura e durante o período de abertura política no Brasil da década de 80, houve grande mobilização das forças democráticas a fim de que a participação popular fosse garantida na construção do território das cidades, criando instrumentos que efetivamente permitissem aos cidadãos participarem do processo de planejamento urbano, desde sua concepção até a tomada de decisão, interferindo qualitativamente nas decisões do Poder Público.

Esse avanço se materializou com a Constituição de 1988 – a Carta Cidadã – e pela aprovação do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001). A política urbana surge então como bem jurídico protegido e passou a ter como um de seus pilares a gestão democrática.

A administração municipal, atendendo ao interesse público, deve atuar de forma moderada e equilibrada almejando o desenvolvimento da cidade e sua sustentabilidade – social, econômica e ambiental –, elaborando o Plano Diretor por meio de um processo de construção coletiva e cidadã.

Deve ser garantida a efetiva participação social por meio dos instrumentos participativos, como as conferências, reuniões, audiências públicas, entre outros, na elaboração e implementação do Plano Diretor, este que somente existirá em sua plenitude e validade quando puder ser verificado que a participação popular efetivamente ocorreu de forma qualificada na tomada de decisões do poder público que estabeleceram as diretrizes e os objetivos da política urbana.

Por outro lado, acostumados a pautar e decidir as políticas públi-

cas dentro da lógica de seus próprios interesses, diferentes setores econômicos e políticos passaram a combater, silenciosamente, a nova concepção democrática do planejamento urbano.

Em diversos municípios o poder público se associou a tais setores e grupos nada democráticos, produzindo uma política urbana especulativa, produzindo informações incompletas ou questionáveis, documentos oficiais pouco técnicos e simulando a participação popular. É frequente a manipulação dos instrumentos de participação popular e o aparelhamento estatal dos órgãos colegiados de controle e gestão urbana participativa, impedindo o avanço na democratização do planejamento das cidades.

A sociedade ainda não atingiu o objetivo desejado: de ver a política urbana ser construída e protegida sob o manto do Estado Democrático de Direito. A elaboração das políticas públicas dos territórios permanece sob controle de setores dominantes, servindo aos mesmos interesses econômicos e políticos de sempre.

Ainda pior é ver a democracia ser enfraquecida por alguns que enxergam a participação popular apenas como um fetiche ou uma fantasia ou por outros que ainda não compreendem o alcance e importância do processo participativo legítimo na construção do novo e necessário modelo de política urbana transformadora do território –, um Direito conquistado pelas lutas democráticas para substituir a velha prática autoritária que ainda resiste. Mas não por muito tempo! ☀

“ *A sociedade ainda não atingiu o objetivo desejado: de ver a política urbana ser construída e protegida sob o manto do Estado Democrático de Direito. A elaboração das políticas públicas dos territórios permanece sob controle de setores dominantes, servindo aos mesmos interesses econômicos e políticos de sempre.* ”

Clima

Mudanças Climáticas e a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo

PAULO NOBRE, CLIMATOLOGISTA DO INPE

Segundo a Organização das Nações Unidas – ONU, as mudanças climáticas globais representam a mais grave ameaça que a humanidade já enfrentou, globalmente. Megacidades, como São Paulo, geram efeitos locais adicionais às mudanças climáticas globais, acarretando aumento acentuado de temperatura do ar, ocorrência de tempestades, com aumento da frequência e severidade de enchentes urbanas, da queda de granizo e raios. Resultado de pesquisa inédita conduzida pela Dra. Magda Lombardo (UNESP, Rio Claro) revela que enquanto a temperatura do ar atinge a marca dos 30°C na zona leste de São Paulo, os termômetros registram temperaturas abaixo dos 20°C, no que se configura na ilha de calor da cidade de São Paulo.

O Cinturão Verde em torno da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, parte da Reserva da Biosfera, declarada Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, desempenha papel fundamental para a estabilidade climática, produção de água e purificação do ar em toda a RMSP. Os remanescentes de maciços florestais de Mata Atlântica nos arredores de São Paulo representam um seguro climático contra o que a ONU passou a designar de “Refugiados do Clima”, em referência às populações serem deslocadas de seus locais de moradia e trabalho devido ao crescente número de eventos extremos de inunda-

ções, granizos, ondas de calor e secas. O Governo Federal, reconhecendo a urgência e gravidade das ameaças impostas às populações, particularmente as de mais baixa renda no Brasil, criou em 2011 o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais – CEMADEN, para atuar junto aos órgãos de Defesa Civil na prevenção de desastres naturais e seus impactos sobre as populações. Uma de tais medidas ocorre em conjunto com a Rede Brasileira de Pesquisa em Mudanças Climáticas Globais – Rede CLIMA para a inclusão da dimensão climática e da susceptibilidade a eventos extremos (e.g. deslizamento de morros e inundações) nos planos diretores dos municípios.

Desta forma, diante da magnitude das calamidades públicas que a inobservância da preservação ambiental no uso e ocupação do solo nos municípios da RMSP pode acarretar, em função do crescente número e intensidade de eventos meteorológicos extremos observados no Brasil, constitui matéria de máxima urgência considerar a preservação dos remanescentes florestais, cursos d’água e nascentes, com base no princípio da prevenção dos desastres naturais induzidos pelas mudanças climáticas.

A lei do Plano Diretor de Embu das Artes, entre outros pontos críticos, permite a remoção dos remanescentes florestais do município, representando

Jucilene de Souza - <http://arvoresdesaopaulo.wordpress.com/osdearvores/>



Cinturão Verde abraça mancha urbana na cidade de São Paulo, amenizando as ondas de calor

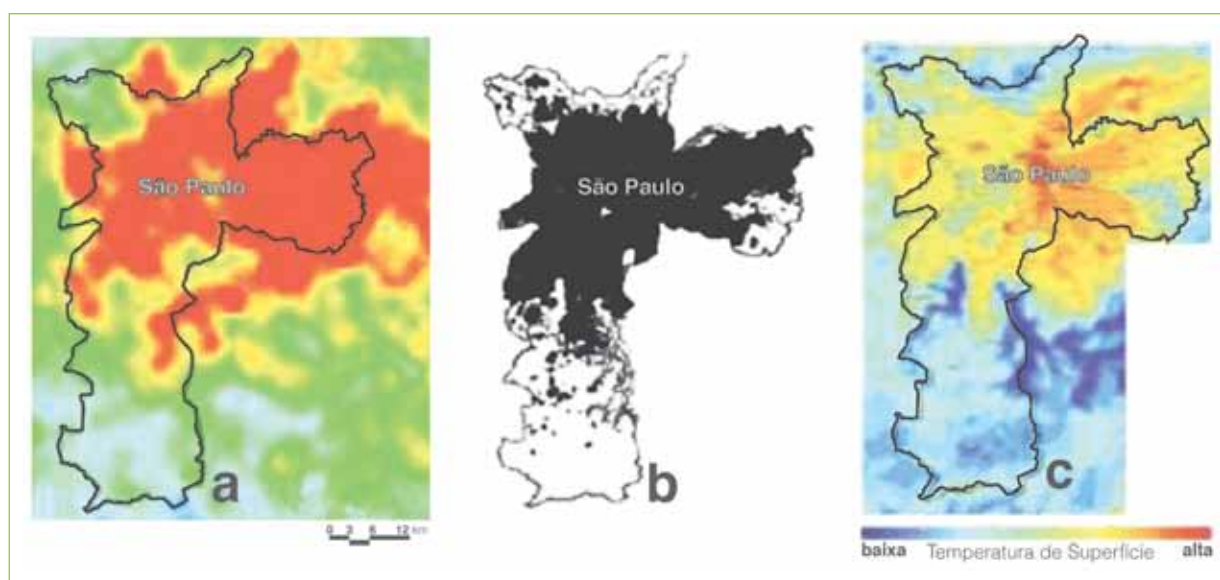
com isto uma ameaça concreta em aumentar a vulnerabilidade da sociedade a eventos extremos do clima na RMSP, incluindo milhões de pessoas que hoje são beneficiadas pelos serviços ambientais prestados pelas matas da região.

Garantir a manutenção e expansão de áreas florestadas contínuas no território nacional, mas em especial do Cinturão Verde na RMSP representa uma obrigação do Estado e um direito do cidadão. 🌿

“Os remanescentes de maciços florestais de Mata Atlântica nos arredores de São Paulo representam um seguro climático contra o que a ONU passou a designar de ‘Refugiados do Clima’.

JÁ PAROU PARA PENSAR?

“O Código Florestal na realidade nunca foi aplicado, e talvez nunca saibamos o que seria do Brasil se as leis tivessem sido cumpridas e as Áreas de Preservação Permanente que foram desmatadas, tivessem sido recompostas.” - Alexander Zamorano Antunes, especialista do Instituto Florestal



Mapa da (a) incidência de raios, (b) mancha urbana e (c) temperatura do ar na Região Metropolitana de São Paulo - Fonte: Naccarato et al (2003)

O verde

Biodiversidade tem preço?

Na disputa por espaço e cegos por interesses econômicos imediatistas, desafiamos nossa sobrevivência

INDAIA EMÍLIA, JORNALISTA


7h da manhã. O alvoroço era grande. Uma fila, formada por cães latindo e um bando de crianças, acordou os moradores de uma cidadela do Tocantins. Corriam atrás de uma onça-parda que, assustada, logo procurou abrigo pulando o muro de uma escola e se escondeu em meio às folhagens de uma árvore no pátio. A cidade parou para acompanhar o resgate. Depois de muitas horas sem sucesso, o animal conseguiu fugir em disparada. Os animais estão ficando sem habitat, não têm onde morar e cada vez se aproximam mais dos seres humanos. Estão sem espaço, estão sem alimentos.

Serra da Cantareira, Reserva Florestal do Morro Grande, áreas verdes de Embu das Artes, entre tantas outras, são abrigos das onças, ameaçadas de extinção, e de uma enorme biodiversidade que está em risco. A Região Metropolitana de São Paulo possui 38 municípios com uma população de quase 20 milhões de habitantes – concentra mais de 10% da população brasileira num espaço muito pequeno, mais de 2 mil habitantes por km². “A concentração demográfica se distribui de forma caótica, engendrando um ambiente social de contradições que se reflete na organização do espaço territorial, saturando e consumindo os recursos florestais”, comentam

especialistas da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (RBCVSP).

Natureza é finita

Qual é o preço de uma floresta? É possível mensurar seu valor? Dizem que sim! Quanto custariam todos os serviços que uma floresta presta? Especialistas afirmam que o pagamento com base no real valor da floresta seria um estímulo à preservação. As florestas são responsáveis pela produção e conservação de estoques de água potável, regulação do clima, diminuição dos gases do efeito estufa, manutenção da biodiversidade, polinização, controle das pragas e dos vetores de doenças, controle da erosão e contenção das encostas, ciclagem dos nutrientes, oferta de matérias primas, entre outros, inclusive os relacionados à recreação e ao turismo. Tudo isso de graça!

Quanto se gasta com as doenças relacionadas à contaminação das águas e com o seu tratamento, com os desastres climáticos, com a erosão e o assoreamento dos rios, com o uso de defensivos agrícolas para controle de pragas, com os problemas de produtividade relacionados à polinização? Até quando vamos sustentar a insustentabilidade do planeta? 



Sociedade Ecológica Amigos de Embu

QUANTO VALE A FLORESTA EM PÉ?
(em R\$/hectare/ano)

4.011,60

Mata de 75 anos

3.533,80

Mata de 25 anos

3.376,10

Mata de 7 anos

Há diversos estudos que avaliam o valor econômico da mata em pé - Fonte: O Estado de S. Paulo (Floresta em pé vale mais do que soja - 4/6/2011)

“Na sua busca insana, as pessoas acabam se esquecendo do princípio vital da felicidade, que é a saúde do corpo, da mente e do espírito, curiosamente um dos poucos ‘artigos’ terrenos que não se compra em cash ou no cartão.

João Carlos Christophe da Silva

Preservação dos fragmentos florestais: quem ganha?

RODOLFO NUNES DE ALMEIDA E MILENA FABBRINI



Divulgação

Ricardo Cardim, botânico, comentarista da Rádio Estadão e fundador do “Amigos das Árvores de São Paulo” fala sobre o valor da biodiversidade, a conservação dos fragmentos e sua importância para a sobrevivência

SALVE EMBU: A região da Grande São Paulo está inserida num local de extrema biodiversidade, conhecido como ecótono (área de transição de vegetações diferentes com profusão grande de fauna). O entorno da metrópole, que ainda abriga áreas florestadas, configura a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo (RBCVSP) instituída pela UNESCO, da qual

a Estância Turística de Embu das Artes faz parte. Qual a importância do Cinturão Verde?

RICARDO CARDIM: O Cinturão Verde de São Paulo, que sobreviveu na maior cidade da América Latina, é fundamental para a questão da qualidade de vida e para saúde da população hoje, não só do ponto de vista ecológico, mas é uma questão de saúde pública também.

SE: Qual a importância dos fragmentos florestais?

RC: A vegetação em volta de São Paulo acabou sendo fragmentada devido a situações econômicas, sociais, de habitação e, quanto mais se fragmenta uma floresta biodiversa, mais se diminui a chance daquela floresta se manter ao longo do tempo. Por isso é muito importante que você conecte esses fragmentos que se comportam como ilhas, formando um arquipélago. As áreas com vegetação secundária, capoeiras e até zonas de eucalipto são de extrema importância para manutenção da conectividade, biodiversidade e, conseqüentemente, sobrevivência das florestas. A supressão das áreas verdes causa prejuízos irreversíveis, pois as florestas formam um conjunto vivo,

que contempla árvores, arbustos, cipós, herbáceas, bromélias, entre outros. Mesmo quando a Justiça ordena a recomposição de áreas, o reflorestamento, mesmo que seja feito seguindo as regras internacionais, nunca será igual à vegetação original.

SE: Qual a sua opinião sobre o novo Plano Diretor de Embu das Artes que permite a instalação de galpões de logística e indústrias em toda a área verde da cidade (Zona de Interesse Ambiental)?

RC: Essa proposta que está sendo feita para a região de Embu das Artes vai totalmente na contramão do que se espera de uma cidade sustentável, ainda mais considerando que 20 milhões de pessoas dependem desse Cinturão Verde. Uma proposta como essa é inaceitável em pleno século XXI. Isso parece alguma notícia dos anos 70, aquela notícia no estilo Transamazônica, quando o desenvolvimento tinha que ser a qualquer preço, a qualquer custo. O bioma em Embu das Artes está preservado e a prova disso é a presença de animais topo de cadeia, como a onça-parda e o gavião-pegamacaco, que não poderiam habitar a região se não

UNESCO recebe denúncia sobre o Plano Diretor de Embu das Artes

PAULO NOBRE, CLIMATOLOGISTA DO INPE

O presidente do Programa Homem e Biosfera (MAB/UNESCO), Ishwaran Natarajan, recebeu documento-denúncia sobre o Plano Diretor de Embu das Artes, endossado por entidades ambientalistas e culturais e protocolado por Carlos Bocuhy, presidente do PROAM SP, durante reunião das 300+ Reservas da Biosfera do planeta, em Paris, dia 7 de maio de 2012.

A moção solicita que o MAB/UNESCO interpele o Governo Brasileiro no sentido de honrar os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil com a formação da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo (RBCVSP) – uma área de 1,6 milhões de hectares – criada em 1994 e reconhecida como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

Num precedente de gravíssimas consequências, a Estância Turística de Embu das Artes alterou seu Plano Diretor, permitindo atividades industriais, comerciais e galpões de logística sobre as florestas de Embu, com a criação de um Corredor Empresarial que atravessa a Área de Proteção Ambiental Embu Verde e a Área de Proteção aos Mananciais da Guarapiranga, que abastece mais de 4 milhões de habitantes de São Paulo.

A recente aprovação do novo Código Florestal Brasileiro pelo Congresso Nacional agrava ainda mais esse quadro, pois delegou aos municípios legislar sobre o uso e ocupação do solo em Áreas de

existisse todo tipo de plantas e animais que compõem essa cadeia alimentar. A ocupação intensa dessa região vai fragmentar ainda mais esses espaços, isolando-os com barreiras físicas (muros), empobrecendo-os devido ao desgaste nas divisas (efeito de borda), além de eliminar áreas vegetadas que servem para a conectividade do trânsito de fauna silvestre, pois uma área de capoeira ou eucalipto também é muito importante quando liga fragmentos significativos.

SE: O Código Florestal e o Plano Diretor de Embu das Artes estão aí. Qual a sua percepção?

RC: Quando o mundo inteiro está preocupado com os recursos hídricos, a manutenção da água, que virou hoje um bem estratégico, em trazer uma condição ambiental satisfatória aliada à economia, ou seja, fazer uma economia verde, certos grupos, tanto esse grupo do Código Florestal como esse de Embu das Artes, parecem estar indo totalmente na contramão da história, demonstrando uma total falta de conexão com a realidade do século XXI. E quem perde com isso? Quem perde com isso é a população brasileira, mas principalmente as futuras gerações, porque elas não terão continuidade dessa herança tão rica de natureza que o Brasil recebeu e a gente não está sabendo usar.

Proteção Permanente (APP) urbanas. Com isso, a integridade e a própria existência futura da RBCVSP passa a depender dos dispositivos de preservação dos remanescentes florestais nos Planos Diretores dos municípios que a compõem.

Conforme relatórios técnicos apresentados por especialistas em urbanismo, direito, biologia, geografia, saúde, clima e mobilidade urbana, o novo Plano Diretor de Embu das Artes representa uma ameaça concreta e fatal para a própria existência da totalidade da RBCVSP, por seu efeito multiplicador nos demais municípios que compõem essa Reserva. Assim como em Embu das Artes, outros municípios impactados pelo Rodoanel Mario Covas sofrem pressão especulativa em busca de ganhos imediatos, que avançam sobre as áreas florestais por representarem menor custo de aquisição. ❀

“A gente não pode deixar que haja retrocesso nas questões ambientais. Inclusive o município de Embu das Artes pode perder o título de RBCVSP, porque vai romper as ligações que a gente chama de corredor de biodiversidade.

Mario Mantovani, SOS Mata Atlântica

Exclusão social

Especulação imobiliária e exclusão social

JOSELICIO JUNIOR (JUNINHO), COORDENADOR DO CÍRCULO PALMARINO.

O Plano Diretor sancionado pelo Prefeito tem dois elementos centrais que são nocivos e se entrelaçam na perspectiva de um projeto de cidade. De um lado há um brutal ataque ao meio ambiente que trás consequências diretas para toda a região metropolitana da Capital Paulista. Por outro lado é um projeto de limpeza social nas regiões periféricas de nossa cidade, permitindo a verticalização das avenidas, abrindo um amplo espaço para especulação imobiliária que já vem trazendo consequências diretas para a nossa população, como o fechamento de pequenos comércios, aumento exponencial do valor do aluguel e a médio prazo aumento dos impostos como IPTU. Como a renda da maioria das pessoas não acompanha essa brusca mudança a tendência natural é a busca por alternativas compatíveis ao seu rendimento, gerando um deslocamento para regiões mais afastadas com menor infraestrutura, ou seja, a maior prejudicada é a população mais pobre. Todos nós queremos o progresso de nossa cidade, mas desde que seja respeitando as nossas riquezas naturais, culturais e acima de tudo humanas. ❀

FIQUE DE OLHO

Rodoanel Trecho Norte ameaça Serra da Cantareira

O Parque Estadual da Serra da Cantareira, um tecido vivo formado pela Mata Atlântica, possui quase 8 mil hectares e faz parte da RBCVSP. O traçado do Rodoanel Trecho Norte comprometerá a população local, que será desalojada, e parte da imensa floresta. O engenheiro agrônomo Mauro Victor alerta para os riscos ambientais do projeto: “temos que levar em consideração a especificidade da vegetação, a Mata Atlântica é única e não tem como ser substituída”; e avisa que o projeto apresenta inconsistências, omissões, conteúdo tendencioso e ilegalidades. O *Contra-Rima*, um estudo que discute a validade do EIA-Rima oficial, aponta que a obra não respeita o homem e a natureza e trará consequências desastrosas, potencializando as mudanças climáticas, as ilhas de calor, a poluição e comprometendo a produção de água.

“O município de Embu das Artes faz parte do entorno da Reserva Florestal do Morro Grande, um dos mais extensos e conservados remanescentes florestais do Planalto Atlântico, cujo entorno é caracterizado por fragmentos florestais pequenos e fortemente alterados. Essas condições ressaltam a importância da vegetação nativa nessa região, visando não apenas à proteção dos recursos hídricos, mas também a manutenção da biodiversidade por meio da conexão entre as diversas manchas de vegetação nativa.

Geraldo Antônio Daher Corrêa Franco, especialista do Instituto Florestal

História, arte e cultura

A Vocação de Embu das Artes (e a pro-vocação do prefeito)

RENATO GONDA, EX-SECRETÁRIO DE TURISMO, POETA E ARTISTA PLÁSTICO

Temos uma vocação. Uma identidade. E ela é histórica. Desde o século XVI, quando de sua fundação, a cidade convive com a natureza e com a arte – e, como uma consequência direta, com o turismo. Mas, afinal, o que é vocação? Segundo os dicionários, é uma **tendência**, uma **escolha** ou uma **disposição**. E até uma **predestinação**. Portanto, a vocação de uma cidade pode-se depreender através de sua história. É o que ela fez e faz de si mesma em seu trajeto – e são quase cinco séculos de percurso, no Embu das Artes...

A localização da inicialmente “Aldeia de Bohi” foi escolhida por ser um local estratégico pelos padres jesuítas. Era um “entroncamento” de caminhos rumo ao interior, ao sul, ao litoral e a São Paulo. Um local alto e com água em abundância, no qual se poderia viver e sobreviver em segurança. E foi iniciado um aldeamento. O ano? 1554.

Mas continuemos a pensar sobre a vocação... É o que fazemos com nosso destino e nosso futuro – e

as cidades também têm destino e futuro! Mas vocação e economia são conceitos distintos. O mundo contemporâneo – excetuando-se os impostos – sobrevive através de três grandes setores econômicos: **Indústria, Comércio e Serviços**. E não é essa uma característica apenas do capitalismo ou socialismo... É uma identidade da raça humana em sua sobrevivência em sociedade! Desde sempre criamos produtos através de matérias primas diferentes (indústria), trocamos ou vendemos o que produzimos (comércio), e interagimos socialmente através de inumeráveis atividades (serviços). Essas não são vocações, mas sim maneiras disponíveis na sociedade humana para efetivar nossas aptidões.

Nesse ponto, me surpreende a declaração (*pro-vocação*) do prefeito de Embu das Artes, ao jornal O Estado de S. Paulo, no dia 18 de abril, em resposta aos meus questionamentos acerca do Plano Diretor que propõe e impõe indústrias e galpões na Zona de Interesse Ambiental:

“...defender a “vocação turística” de Embu das Artes não é um argumento legítimo. “A cidade é multivocacional. **É indústria, é comércio e é serviço.**”

Surpreendente essa afirmação... Aquilo que a sociedade produtiva faz através da **indústria, comércio e serviços** – é que é a sua vocação! Uma cidade como Embu “das Artes” (agora oficialmente, após um plebiscito), uma estância turística, localizada em áreas de mananciais e de proteção ambiental, dentro da **RBCVSP** – Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade São Paulo (integrante da **RBMA** – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica), com enorme renome internacional de reduto de artistas e cultura, e há dezenas de anos com um turismo constante de dezenas de milhares de pessoas – tem, **sim**, de dirigir suas ações e **voc-ações** para um turismo artístico, cultural e ambiental! (*Ainda na mesma entrevista ao jornal, o prefeito continua...*)

“Turismo é iniciativa privada. Não é o poder público que vai produzir empreendimento de turismo por aqui.”

Realmente não é. E indústria e logística também são iniciativa privada! Mas então por que é que o poder público está “produzindo empreendimentos” desses segmentos por aqui? Se a resposta for que não está... A réplica é: O que está sendo feito é atrair e promover, pela alteração de leis e da política pública, a proliferação de galpões e indústrias na cidade, e em grande escala! E o que deveria ser feito (*aliás já há*

“As pessoas despertas passam a ter o dom de compartilhar e disseminar a esperança e o contentamento pelas coisas mais simples da vida, como respirar o ar puro ou beber uma água límpida e cristalina.

João Carlos Christophe da Silva

muito tempo!) é incentivar através da legislação a vinda de empresários ligados ao *trade* turístico e à sua cadeia produtiva que, segundo a OMT – Organização Mundial do Turismo, movimentam cerca de 52 setores econômicos. Por que atrair logística, que sabidamente gera poucos empregos, ao invés da “indústria do turismo”? O ganho para o governo, com esse vetor de crescimento escolhido, é o aumento imediato de IPTU e a (?) geração de emprego. E há o possível ganho com a especulação imobiliária e com patrocinadores de campanha.

Em todo o país o ramo imobiliário e de empreiteiras mantém estreita ligação com o poder político estabelecido – e na Grande São Paulo não é diferente... A pressão sobre as áreas verdes remanescentes nas cidades da **RBCVSP** é imensa, principalmente após o advento do Rodoanel! No Embu das Artes, por exemplo, a primeira-dama é dona da maior imobiliária da cidade e é vice-presidente da **ACISE** – Associação **Comercial, Industrial e Serviços** de Embu; e também o vice-prefeito é corretor imobiliário.

Desenvolvimento Sustentável

Dentre as 67 estâncias do estado de São Paulo (de características climáticas, hidrominerais, balneárias e turísticas), encontram-se dentro da **RBCVSP** inúmeras delas – todas com iguais desafios em relação à vocação, política e sustentabilidade – como Atibaia, Ibiúna, Bragança Paulista, Bertioga, Itanhaém, Salesópolis, Poá e várias outras. E também nas não-estâncias da região, o turismo ambiental e cultural tende a ser um vetor de desenvolvimento, como em

“Poderíamos ter mais turismo de negócios, religioso, ambiental e rural, social, esportivo... E o Embu das Artes, assim, poderia (ou poderá...) ser uma cidade-exemplo para esse milênio! Somos nós que escrevemos e descrevemos e nos inscrevemos em nosso futuro!”



Sibélia Zanon

Parece que todo mundo gosta de arte! “Os artistas estendem a mão para salvar Embu das Artes” em evento ao ar livre realizado em abril. Clodomiro RIVELINI deixa sua mensagem no painel de 12 metros de comprimento.

Itapecerica, São Lourenço, Cotia e Caucaia do Alto, Embu Guaçu, Jiquitiba, São Roque...

Por que, então, não promover o crescimento no Embu das Artes (e em toda a região da **RBCVSP**) de maneira ambientalmente sustentável? Nosso amplo parque industrial, beirando a rodovia Régis Bittencourt, já cumpre seu papel nesse modelo de desenvolvimento!

A cidade crescerá e poderia gerar mais trabalho e renda se não promovesse a instalação de mais indústrias e galpões de logística, mas sim de pousadas, hotéis, *resorts*, *campings*, centros de convenções e eventos, agências receptivas e emissivas, passeios, esportes de aventura, observação de pássaros e animais, museus e galerias de arte, teatros, cinemas, lojas de arte e decoração, ateliês-escola, liceus, estacionamentos, passeios de bicicleta e a cavalo, chácaras com cursos e vivências, clubes de campo, chácaras para festas, retiros espirituais e de meditação, produção agrícola e de flores, agrofloresta, criação de animais para convívio, passeios urbanos e rurais, visitas aos bairros, indústria de móveis com certificação, balonismo, arvorismo, trilhas... jipeiros... e muito-muito-muito mais!

Poderíamos ter mais turismo de negócios, religioso, ambiental e rural, social, esportivo... E o Embu das Artes, assim, poderia (ou poderá...) ser uma cidade-exemplo para esse milênio!

Somos nós que escrevemos e descrevemos e nos inscrevemos em nosso futuro! Nossa vocação, há séculos, é uma *in-vocação* de nossa história – mas o momento atual de nossa história é instável e crítico: O Embu das Artes está não apenas no “entroncamento” de estradas fundamentais para o transporte de carga no país – a um passo de se tornar um “porto seco” – mas também está em um “entroncamento” de destinos: Ou a cidade se rende e se vende definitivamente para o poder especulativo do capital, ou reescreve seu destino e investe em um futuro responsável e sustentável, com mais qualidade de vida, realizando sua vocação de “estância turística”, protegendo e valorizando seu meio ambiente, sua arte e sua cultura. Um futuro em que **Indústria, Comércio e Serviços** estejam a serviço de um mundo melhor. Um sonho possível. “Amém e axé”

Saúde

Os impactos do Plano Diretor de Embu das Artes à saúde da população

A degradação ambiental causada pelo desmatamento da Mata Atlântica na cidade pode prejudicar a saúde de moradores de Embu e Região Metropolitana de São Paulo, agravando doenças normalmente causadas pela falta de áreas verdes preservadas

LUIZ SOARES E JANINE SAPONARA, LEAD COMUNICAÇÃO

O novo Plano Diretor da cidade de Embu das Artes tem causado polêmica devido aos impactos socioambientais que acarreta na cidade de Embu das Artes, como parte da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). A nova Lei permite a construção de indústrias e galpões nas áreas verdes da cidade, que correspondem a 40% do município, numa extensão aproximada de 28km². Os últimos fragmentos de Mata Atlântica da região, que faz parte da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, estão assim ameaçados.

Agora, especialistas chamam a atenção para os impactos sociais e econômicos, que envolvem desde os riscos à saúde dos moradores de Embu até como eles podem provocar prejuízos econômicos em longo prazo. Segundo Paulo Saldiva, professor de Medicina e coordenador do Laboratório de Poluição Atmosférica da Universidade de São Paulo (USP), o grande equívoco de cidades que aprovam políticas públicas como essa de Embu, é a mudança na vocação da cidade.

“Embu é uma cidade que tem uma marca, uma vocação que também pode gerar emprego e renda. Nesse tipo de processo econômico, nunca é colocado na balança a economia da saúde ou, no caso de Embu, do turismo. Mudar isso, muda-se também o volume de chuvas de uma cidade, de emissões, entre outras coisas. O resultado final é como se fosse comprar em uma loja com carnê a prazo e levar o produto, mas sabendo que lá na frente pagaremos bem mais caro por isso”.

Como exemplo prático, o que Saldiva quer dizer é como a degradação ambiental de Embu pode aumentar ainda mais as ondas de calor e a intensidade das chuvas em São Paulo. Essa informação é confirmada no relatório “Vulnerabilidades das Megacidades Brasileiras às Mudanças Climáticas” para a Região Metropolitana de São Paulo, produzido conjuntamente entre a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e o INPE e publicado em dezembro de 2011. Nele, as ondas de calor e chuvas intensas são mencionadas como os principais fatores que podem afetar a saúde no mundo. Entre as doenças causadas por esses fatores está o aumento do número de doenças cardiovasculares e respiratórias, principalmente entre pessoas idosas e crianças de classes sociais mais baixas.

Outro ponto a ser questionado é o movimento do entorno que essa Zona do Corredor Empresarial pode causar. Outras cidades, próximas a Embu, podem seguir o mesmo rumo, deixando de lado a formação de um corredor da biodiversidade, pela formação de um corredor industrial. “Embu das Artes está seguindo o mau exemplo de outras cidades que deixaram sua vocação de lado para serem cidades dormitórios perto da capital. As autoridades dizem que não haverá grandes impactos. Não conheço nenhum Estudo de Impacto Ambiental bem feito. A maioria



Paulo Saldiva: Embu tem uma marca, o turismo

dos que já vi são feitos de forma incompetente”, informa o professor da USP.

Todos esses problemas podem trazer prejuízos econômicos no futuro. O que hoje se pensa ser um grande benefício econômico imediato para a cidade pode ser um problema no futuro. É isso que o prefeito quer? É aí que Embu das Artes quer chegar?

Saldiva finaliza, falando sobre os argumentos das autoridades de Embu das Artes sobre a revisão do Plano Diretor. “Vi uma entrevista do prefeito de Embu das Artes em que diz que essas ações trarão dinheiro para a cidade investir em educação e saúde. Na minha opinião isso não é suficiente e ainda traz consigo o risco de colocar dinheiro de um lado e tirar do outro. A convivência entre indústrias e pessoas nunca dá certo”.

Ser um grande polo de desenvolvimento sustentável, promovendo o turismo, a preservação ambiental e valorização dos serviços ambientais pode ser a grande vocação de Embu das Artes.

Relevo das cidades

Efeito Borboleta

Assim como o ruflar das asas de uma borboleta pode provocar uma tempestade, a alteração gigantesca da topografia de São Paulo tem ocasionado consequências funestas e imprevisíveis*

LUCILA MOURA E MARÍLIA GRUENWALDT EM ENTREVISTA AO GEÓLOGO JOÃO CARLOS CHRISTOPHE DA SILVA

João Christophe e Marília Gruenwaldt

Intervenções no solo alteram de forma drástica a paisagem, o relevo e têm forte impacto no clima e no equilíbrio ecológico das cidades. Embu das Artes, SP, teve uma amostra desastrosa no bairro Jardim Tomé, ao sofrer imensas terraplanagens que resultaram em enchentes. João Carlos Christophe da Silva, geólogo e mestre em geografia, esclarece: “Há uma associação de minerais, gases, animais e fungos que compõem o solo. O solo é vida. Quando um trator corta tudo aquilo, a biodiversidade vai embora e quando se faz uma terraplanagem e o solo é abandonado sem cobertura, aquele espaço se transformará em uma área de evaporação da água. Tira-se a pele que protege o interior do solo. Desidrata-se o que ainda havia sobrado. Ocorre o *topocídio*, que nada mais é do que a morte de um lugar, no caso, a morte do solo e da paisagem.” Metaforicamente, destrói-se o casulo que daria asas à borboleta.

São Paulo será gravemente atingida, caso as ameaças ao Cinturão Verde continuem, tanto em Embu das Artes, com a recente aprovação do Plano Diretor, que valida a instalação de indústrias e galpões nas áreas verdes; como na Serra da Cantareira, com a construção do Rodoanel Trecho Norte.

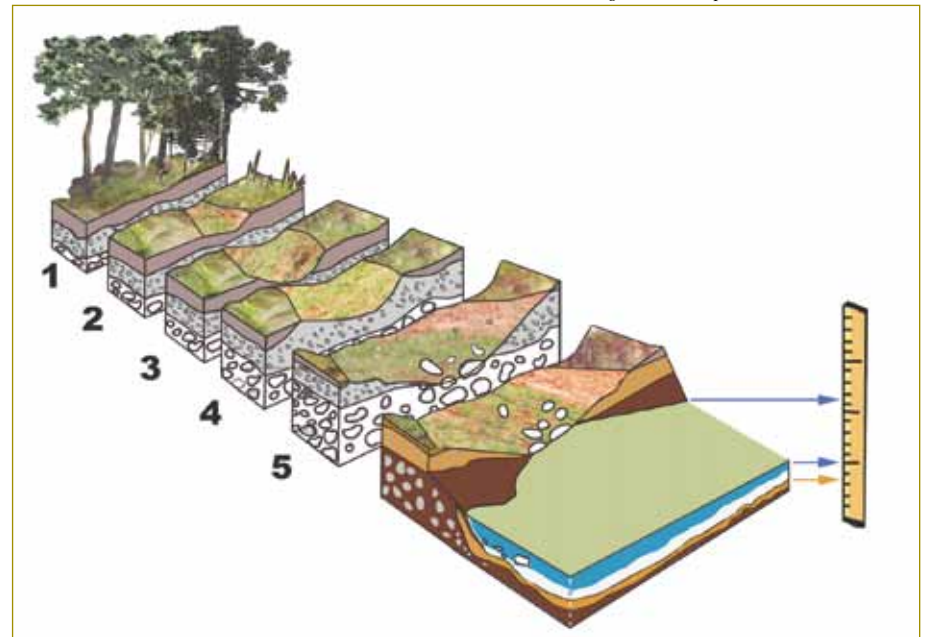
Christophe dá uma lição de geografia, ao contar sobre a importância do relevo no contexto do surgimento das cidades. Começa mencionando os *Grábens*: “as duas principais metrópoles do Sudeste do Brasil e todas as cidades entre elas, no vale do

Paraíba ou no litoral, tiveram seus alicerces pousados sobre esse tipo particular de terreno geológico. São baixios úmidos, de relevo suave, solos férteis, ideais para a agricultura e capazes de alimentar populações. Porém, inseparáveis dos *Grábens*, há os blocos adjacentes, soerguidos, conhecidos como *Horsts* – lugares íngremes, secos, pedregosos, de difícil acesso. Hoje, o que restou do fértil e rico *Gráben* de São Paulo são apenas alguns fragmentos como a Baixada do Glicério, o Parque Dom Pedro, as várzeas do Tamanduateí e Tietê. Nossos ancestrais Tupiniquins tinham uma noção espacial do relevo muito bem desenvolvida e quando aqui chegaram os portugueses e franceses com o milho, nossos Morubixabas já tinham o bolo assado”.

Como abastecer de água a capital?

“O ar e a água do *Gráben* de São Paulo há muito não sustenta mais seu povo. É preciso trazer de quem ainda tem, seus (Grábens) vizinhos”, explica Christophe. Daí a enorme importância do Cinturão Verde em torno da Capital!

A revisão do Plano Diretor de Embu, ao invés de impedir o processo de



Ausência de vegetação somada à intensificação das chuvas provoca a aceleração do assoreamento dos rios e córregos

destruição dos recursos naturais, ignora completamente os malefícios já ocorridos no bairro Jardim Tomé, assim como a relevância do Cinturão Verde, permitindo a implantação de indústrias e galpões em áreas de matas protegidas. Isso rompe a barreira de proteção da Capital e gera reflexos.

“Oxalá, os cidadãos dos municípios no entorno da megalópole possam unir-se para defender o que é nosso – o patrimônio ambiental. Por meio de um objetivo em comum podemos apelar para uma tomada de posição dos nossos governantes ou continuaremos a presenciar fenômenos causadores de sérias tragédias climáticas e socioambientais”, conclui Christophe. Isso para que o Efeito Borboleta seja favorável e não destruidor, para não aniquilar o casulo antes de a borboleta nascer. ✨

* EFEITO BORBOLETA - TEORIA DO CAOS, EDWARD LORENZ.

“

É a querida Sampa que hoje tanto nos preocupa, pois o mesmo sítio que outrora sustentava fartamente uma Nação Tupiniquim agora tem que dar conta do comer, do beber e do respirar a um complexo supergrupo formado por mais de 20 milhões de pessoas e de outros tantos milhões de veículos.

Este é o Jornal do Movimento Salve Embu das Artes

Jornalistas responsáveis: Indaia Emília S. Pelosini - MTb 19.109 e Joselicio Junior - MTb 66.971

Redação: Avenida Sete de Setembro, 10.725, Chácara Bartira, Embu das Artes, SP - e-mail: indaiaemilia@terra.com.br

Gráfica: OESP Gráfica S/A

Tiragem: 200.000 exemplares - Distribuição: gratuita

As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores.

O Movimento Salve Embu das Artes surge para reunir e encorajar todos os cidadãos do Brasil e moradores da cidade, que querem participar na autodeterminação/construção de nosso futuro. Nossa Luta é COMBATER a ameaça de destruição dos valores Culturais, Artísticos, Ambientais e Humanos de Embu das Artes. Nosso Movimento está crescendo e conta com o apoio de diversas entidades.

A todos os leitores, eleitores e simpatizantes da CAUSA está aqui o nosso convite: VAMOS À LUTA! EMBU DAS ARTES NÃO ESTA À VENDA! www.salveembudasartes.com.br.

Denuncie e manifeste-se também no Ministério Público de São Paulo - Ouvidoria <http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/Ouvidoria>